

SIMPÓSIO AT 219

REFORMA CURRICULAR E OS DOCUMENTOS CURRICULARES OFICIAIS: UM ESTUDO DOCUMENTAL ACERCA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

BERTO, Jane Cristina Beltramini
UAST-UFRPE
jane.beltramini@ufrpe.br

Resumo: Este estudo revisita o conceito de currículo a partir de alguns teóricos do campo da educação (SAVIANI, 2008; CANDAU, 2007; SILVA 2004), e, com base em pesquisas atuais, traça um panorama constitutivo da elaboração das propostas curriculares estaduais vigentes a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no final da década de 90, no Brasil (BRASIL, 1997, 1998, 2000; 2002). Tomamos como eixo central para a discussão a proposta para o Ensino de Língua Portuguesa, nos estudos de Berto (2016) em conformidade aos documentos curriculares vigentes, anteriores à BNCC e BNCEM, publicadas recentemente. Buscamos responder a questão: Como o currículo pode contemplar e nortear as ações educativas em nosso país, considerando sua diversidade regional, econômica, cultural? Elegemos como pressupostos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica (GIL, 2002) e como procedimento analítico, a Análise de Conteúdos (AC) de Bardin (1977). Os resultados apontam semelhanças entre os pressupostos teórico-metodológicos para o ensino de língua portuguesa nestes referenciais elencados, com raras divergências entre práticas e conceitos adotados em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998; 1999). Todavia, embora partam de um referencial comum, encontram-se expressos nos documentos curriculares estaduais a especificidade regional e a autonomia em sua elaboração, marcadas pelas vozes em seu processo compartilhado de constituição. Nesse aspecto, as reflexões recentes sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o ensino fundamental (2017) e a BNCEM, voltada ao Ensino Médio (2018) denotam em seu teor o caráter de obrigatoriedade, divergindo dos demais documentos curriculares.

Palavras-chave: Reforma; Documentos Curriculares; Ensino de língua portuguesa.

Abstract: This study revisits the concept of curriculum from some theoreticians in the education (SAVIANI, 2008; CANDAU, 2007; SILVA 2004). Based on current research, the study outlines a constitutive overview of the elaboration of the state curriculum proposals in force from the publication of the Brazilian Curricular Parameters (PCN). It occurred at the end of the decade of 90 in Brazil (BRAZIL, 1997, 1998, 2000; 2002). As the central issue for the discussion of the proposal for the teaching of Portuguese language, we resort to Berto's study (2016). Her study complies with the current curriculum documents (prior to the BNCC and BNCEM) that have been published recently. Thus, we answer the question: how can the curriculum contemplate and guide educational actions in our country, considering its regional, economic and cultural diversity? Documental and bibliographic research was chosen as methodology (GIL, 2002). As an analytical procedure, Bardin's Content Analysis (CA) (BARDIN, 1977) was used in this study. The results indicate similarities between the theoretical-

methodological assumptions for the teaching of Portuguese language in these references, with rare differences between practices and concepts adopted in relation to PCN (BRAZIL, 1998; 1999). Although they depart from a common referential, they are expressed in the state curriculum documents the regional specificity and the autonomy in their elaboration, marked by the voices in their shared constitution process. In this respect, the recent reflections on the BNCC for elementary school (2017) and BNCEM for high school (2018) denote the character of obligatoriness, diverging from the other curriculum documents.

Keywords: Reformation; Curriculum Documents; Portuguese Language Teaching.

Introdução

Ao revisitar dados de pesquisa¹ acerca das orientações dos documentos curriculares brasileiros (BERTO, 2016), verificamos pontos de convergência e de dispersão e deparamo-nos com a seguinte questão: Como a aprovação de uma base curricular comum para o território brasileiro, um currículo único, pode contribuir para a aproximação e/ou distanciamento dos currículos, propostas, diretrizes e referenciais curriculares norteadores já existentes?

Nessa temática, reafirmamos a importância do(s) currículo(s) publicados após o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1997; 1998; 2000; 2002), pois cada unidade federativa buscou resguardar suas especificidades no processo educacional, caracterizada tanto pela diversidade regional, populacional e econômica, quanto pelo seu reflexo em cada região.

Nesse artigo discutimos o panorama constitutivo dessas propostas curriculares, após os PCN, e tratamos das implicações da publicação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (MEC, 2017) para a educação básica, à luz da Análise de Conteúdos (BARDIN, 1977) na pesquisa documental. De forma a confrontar, comparativamente, o processo democrático de elaboração dos documentos em regiões distintas, com vistas à apresentação de similaridades e divergências, tendo em vista a unificação do currículo.

1. O currículo: múltiplas facetas

Após quase duas décadas do advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em âmbito federal, a diversidade regional e a possibilidade

¹ Pesquisa de doutorado (PLE, 2016), Universidade Estadual de Maringá-UEM, Maringá – PR, Brasil.

de adequação da proposta nacional de educação para o contexto específico regional permitiram que os Estados reunissem essas orientações curriculares e publicassem seus próprios documentos curriculares estaduais.

Em parte, essas reformulações decorreram por adequações do documento maior aos aspectos regionais, políticos, ideológicos e repercutiram em propostas bastante diversificadas: cadernos pedagógicos, currículos, diretrizes ou referenciais estaduais. Aliados ao Projeto Político Pedagógico Escolar e aos Planos de Ensino que possibilitaram ao professor, principal interlocutor dessas orientações, a atualização e implementação de novos conhecimentos, visando à reformulações de conceitos, com vistas à ampliação do alcance das práticas pedagógicas no contexto educativo, perpassando portanto, as dimensões humana, social, econômica e cultural.

Dentre tantas acepções de currículo escolar, Saviani aponta o currículo como um “conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola” (2008, p.16), pois delas depende uma análise prévia, os conteúdos, que para o autor não se dão de forma aleatória, mas em relação direta ao que o ser humano necessita aprender; são conhecimentos necessários que orientam o agir social frente aos problemas. O autor contempla um projeto maior de educação aonde a problematização da realidade, da real situação em que o sujeito vive, permite que o professor transite pelo conhecimento e opine entre o que é principal e o que é secundário na prática pedagógica ao ensinar (SAVIANI, 2008). Essa opção não se encontra apenas nas mãos do professor, mas no processo de educação articulado e voltado às necessidades dos seres em formação marcados pela “situação existencial concreta em que vive o homem” (2004, p.39). Candau (2007) destaca que os encaminhamentos oficiais para o ensino compreendem “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes” (CANDAU, 2007, p.18), mesmo que possuam o caráter oficial de obrigatoriedade previsto pelo documento. Para Silva (2004) “O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço,

território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso”.(2014, p.150).

No mesmo sentido, os estudos de Candau e Moreira (2006) tratam do currículo como “o conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas”, pois, norteiam práticas escolares e determinam, prioritariamente ou não, determinados processos e seus encaminhamentos, em relação aos conteúdos e as expectativas/metapas por nível, a serem alcançadas.

Durante a elaboração do Plano Nacional da Educação – Proposta da Sociedade brasileira (PNE_PSB) no CONED, o currículo é o elemento que resulta “da construção coletiva e fundamentado na análise crítica da realidade social, com mecanismos de constante atualização através da incorporação dos avanços das ciências e da tecnologia aos programas e práticas escolares”. (CONED, 1997). Nessa perspectiva, a proposta do PNE volta-se à realidade social e distancia-se da proposta de currículo pensada pela BNCC, cujo elemento chave tem sido a lógica da avaliação acerca das expectativas de ensino e de aprendizagem e o eixo central o domínio do aluno ao longo do processo de escolarização, tendo em vista o avanço da educação brasileira.

Pesquisadores como Freitas (2012) e Tonegutti (2016), defendem em suas pesquisas que os pilares desse ensino estão baseados na ascensão de uns em detrimento à dificuldade de outros, ou na premiação pelo sucesso, dirigido ao aluno e à escola, independente das suas reais condições de funcionamento, pautados em rol de conteúdos e rankings classificatórios.

A proposta da BNCC, de caráter obrigatório e regulador, contraria as proposições teóricas anteriores e instaura um novo olhar sobre o mesmo problema, o processo educativo. Nesse ínterim, apresentamos as Tabelas 1 e 2 cujos documentos vigentes e orientações curriculares pautaram-se pelo diálogo construído com suas bases em cada Estado da federação.

2. Os documentos curriculares oficiais brasileiros

A Tabela 1 reúne os documentos curriculares federais e os estaduais, por região, ano e nível de ensino, organizados por título, respectivamente.

TABELA 1 – Documentos Curriculares Federais e Estaduais

	FONTE	DOCUMENTO CURRICULAR	ANO	NIVEL
B R A S I L	Ministério da Educação- MEC	Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN	1997	Anos Iniciais
		Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN	1998	Anos Finais
		Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNEM	2000	EM
		Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNEM +	2002	EM
N O R T E	Acre	Caderno Orientações Curriculares I-II	2010	EF - EM
	Amapá	Plano Curricular da Educação Básica do Estado de Amapá - vol. Único	2009	EF - EM EJA
	Amazonas	Não localizado	-	-
	Pará	Proposta Curricular – Educação Básica	2008	EF- EM
	Rondônia	Referencial Curricular do Estado de Rondônia	2010	EF- EM
	Roraima	Plano Estratégico 2008-2011	2008	Educ.Básica
	Tocantins	Referencial Curricular – Educação Básica Referencial Curricular – EM	2009 2007	EF – EM
C E N T R O - O E S T E	DF	Diretrizes Pedagógicas – volume único (2008-2013)	2008	Educação Básica
	Goiás	Reorientação Curricular do 1º ao 9º ano “Currículo em debate”.	2007	EF- 1º/9º
	Mato Grosso	Orientações Curriculares – Área de linguagens: Educação Básica	2010	EF - EM
	Mato Grosso Do Sul	Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul - (preliminar)	2012	EF (v.1) EM (v.2)
N O R D E S T E	Alagoas	Referencial Curricular da Educação Básica para as Escolas Públicas de Alagoas (RECEB)	2010	EF- EM
	Bahia	Não localizado	-	-
	Ceará	Caderno Escola Aprendizente - vol. II, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	2008	EM
	Maranhão	Referencial Curricular –Ens. Fundamental Referencial Curricular - Língua Portuguesa: EF-: 5ª a 8ª série/6º ao 9º	2010	EF – EM
	Paraíba	Plano Estadual de Educação – PEE	-	-
	Pernambuco	Orientações Teórico-metodológicas – LP	2008	EF I
		Orientações Teórico-metodológicas – LP	2011	EM
	Piauí	Diretrizes Curriculares para o município de Terezina	-	-
	Rio G.do Norte	Não localizado	-	-
Sergipe	Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe	2011	EF - EM	
S U D E S T E	Espírito Santo	Currículo Básico – Escola Estadual	2009	EF - EM
	Minas Gerais	Proposta Curricular de Língua Portuguesa – EFM	2005 2007	EF - EM
	Rio de Janeiro	Reorientação Curricular	2005	EF - EM
	São Paulo	Proposta Curricular	2008	EF-II EM
S U L	Paraná	Diretrizes Curriculares – LP	2008	EF - EM
	S. Catarina	Proposta Curricular de Santa Catarina	1998	EF - EM
	Rio G. Do Sul	Referencial Curricular “Lições do Rio Grande” v.2	2009	EF - EM

Fonte: A pesquisadora. (Documentos catalogados para Pesquisa de Doutorado (2016).

Para elaboração do panorama seguimos as fases metodológicas da AC:

1) Identificação do material, o *corpus*, composta por pesquisa, seleção e leitura;

- 2) Exploração dos dados nos processos de descrição e definição de categorias;
- 3) Inferência e interpretação para caracterizar, comparar e interpretar os dados.

3. A proposta de uma base nacional comum – BNCC

A publicação da base comum curricular em dezembro de 2017 pautou-se por um estudo prévio de 116 especialistas de 35 universidades e nos resultados de avaliações de sistema, com vistas à uma organização curricular comum, indicando competências e habilidades para a educação básica e a formação de professores. O material para leitura e consulta pública *online*, obteve indicações de sugestões e proposições na primeira versão, anterior à aprovação por audiência pública. Ao longo do debate que se pretendia amplo e democrático, professores e profissionais da educação estiveram distanciados, tanto das proposições quanto das reformulações *online*. Esse quadro agravou-se ao compararmos as chamadas do MEC nos diversos meios de comunicação para a participação efetiva do cidadão brasileiro, independente de seu campo de atuação: pais, professores comunidade civil e especialistas, conferindo validade ao material, contudo a essência do documento não fora confrontado, tampouco discutido abertamente com os teóricos. Assim, orientados por entidades e representantes de classe, os estudiosos posicionaram-se contra o esse documento, distante das reais necessidades dos seus interlocutores.

Desde o princípio a proposta de adoção de uma BNCC vinculou-se a idéia de unificação curricular e de identidade nacional, à padronização de ações e de encaminhamentos acerca do que se deve ensinar, afastando-se da autonomia dos currículos estaduais e municipais, ao afirmar que “as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos” (BNCC, 2017, p.11). Como documento norteador para as escolas públicas brasileiras ele enfatiza as 10 competências gerais para o Ensino Fundamental, dispostas por áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso e postula o atendimento às ações e objetivos, como a avaliação de resultados de alunos, escolas e profissionais que justifiquem a implementação de políticas públicas, tais como projetos de

formação de professores e produção de materiais, porém as experiências de outros países cuja unificação verticalizada de saberes, competências e habilidades não tiveram o desfecho esperado. No Brasil, ao longo de sua elaboração, os documentos curriculares oficiais contemplaram as reais necessidades dos estudantes nas diversas modalidades de ensino, em consonância aos aspectos econômico e social, político e ideológico, e em suas peculiaridades, a educação do campo, indígena e quilombola, com objetivo de atender a heterogeneidade de sujeitos na escola e não à sua homogeneização.

Especialistas e pesquisadores têm se debruçado sobre o material publicado e as constatações refletem o silenciamento em relação ao documento que o antecede, os PCN (BRASIL, 1997, 1998). Dentre eles Tonegutti (2016) e Cândido e Gentilini (2017) justificam em suas análises a necessidade do respeito à pluralidade de idéias e a liberdade e autonomia escolar, diante do Projeto Político-Pedagógico PPP de cada escola, assegurando a discussão entre a realidade escolar, no PPP e no Currículo.

Por outro lado, um projeto de BNCC permitiria à sociedade analisar outros elementos importantes em prol de um projeto de educação: suprir lacunas e demandas existentes, reorganizar um plano nacional de formação de professores, discutir a valorização nacional do plano de carreira e salários, ampliar o acesso à escola daqueles que ainda estão alijados do conhecimento. No entanto, no atual cenário essas e outras preocupações não galgam espaço, e permanecem desvinculadas de questões sociais e econômicas que orientariam a BNCC, para melhoria da condição intelectual dos brasileiros em formação. Por isso, torna-se importante no âmbito escolar, conhecer, discutir, compreender os pressupostos legais de um documento curricular que propõe amplas e profundas reformas e cujos objetivos, à luz dos pesquisadores, ainda são obscuros e dividem a opinião pública mesmo na academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos pressupostos curriculares, diante do atual cenário de instabilidade social, política e econômica, buscamos analisar as correlações

entre eles. Os resultados apontaram para a disciplinarização do currículo, verticalizado, formatado por áreas do conhecimento, objetivos, competências e habilidades que estão a serviço de uma expectativa de aprendizagem mercadológica, cujo parâmetro baseia-se nas avaliações e “sucessos” do ensino. Destacamos que o projeto distingue-se dos anseios dos professores, pais e alunos que vislumbram a formação emancipadora do futuro cidadão. Como postula Saviani (2008), a função da escola é dar acesso ao conhecimento e todo currículo deve estar a serviço do conhecimento, oferecer condições de desenvolvimento humano, a fim de que o sujeito possa fazer uso das funções psíquicas superiores e reformulem (revolucionem) a sociedade, agindo de forma livre, consciente e crítica. Assim, para além do debate aqui proposto e frente à implementação da BNCC, é imprescindível recorrermos aos espaços interdisciplinares de estudo, reflexão, discussão de propostas e respeito à amplitude de ideias e posicionamentos, que não prescindem das formações oficiais, em cujos objetivos e materiais não cabe o diálogo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTO, J. C. B. Estudo teórico-metodológico dos conceitos de revisão e reescrita em documentos curriculares oficiais e referenciais curriculares brasileiros. 2016. 265f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: MEC, 1997.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC, 1998.

_____. Base Nacional Comum Curricular .Ensino Fundamental. Ministério da Educação. Governo Federal. MEC, Brasília. 2017.

CANDAU, V. M. Ressignificando a didática na perspectiva intercultural. Departamento de Educação, (Relatório final da pesquisa). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. F; MOREIRA, A. F. B. Currículo, conhecimento e cultura. (versão preliminar). Brasília: MEC, 2006.

CANDIDI, R. K.; GENTILINI, J. A. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político Pedagógico. RBPAE.v.33, n.2, p323-336, mai/ago, 2017.

CONED, II. (9 de novembro de 1997). ADUSP: <http://www.adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf>.

FREITAS, L. C. (abril-Junho de 2012). Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educação & Sociedade, pp379-404.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e Cultura. In: BEAUCHAMP, J; PAGEL, S. D; NASCIMENTO, A. R. (Org.). Indagações sobre Currículo. Brasília: MEC/SEB, 2007.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 10ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 15 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TONEGUTTI, C. A. Base Nacional Comum Curricular: Uma Análise Crítica. Disponível: http://www.sismmac.org.br/disco/arquivos/eventos/Artigo_BNC_Tonegutti. Pdf, 2016. Acesso em 10 mar. de 2018.